

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

**Prestação de Contas de Empresas Públicas e
Sociedades de Economia Mista Municipais**

EXERCÍCIO DE 2004

Instrução Técnica nº 41/2005



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 41/2005

Regulamenta o Provimento nº 48/2002, quanto à prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2004, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista municipais.

I – APLICABILIDADE

Art. 1º - As normas desta Instrução aplicam-se às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista constituídas no âmbito dos Municípios do Estado do Paraná.

II - PRAZO

Art. 2º – As prestações de contas das entidades sujeitas à presente Instrução Técnica, relativas ao exercício financeiro de 2004, serão protocoladas junto ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Contas, até as 19:00 horas do dia 30 de abril de 2005.

Art. 3º – O encaminhamento da prestação de contas poderá ser realizado através do Serviço de Correios, mediante remessa registrada, caso em que será considerada como data de entrega a de postagem na Agência respectiva.

Art. 4º – As prestações de contas das instituições municipais referidas no artigo 1º, serão compostas de documentos originais ou de cópias autenticadas pela autoridade competente, mantendo-se na origem cópias da integralidade destes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

III – DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º – Os elementos constitutivos das prestações de contas deverão compor volumes cuja autuação deverá ser realizada em estrita observância às regras descritas a seguir:

- a) Organizar os documentos na ordem em que se apresentam nesta relação.
- b) Documentos adicionais, que venham a ser espontaneamente juntados à composição original, devem ser inseridos após os itens que tratam do mesmo assunto.
- c) Inserir numeração de folhas na área superior direita de cada documento.
- d) Iniciar a numeração em 02 (folha dois) a partir do Ofício de Encaminhamento (item “1” do artigo 6º, abaixo) – não numerar a capa.
- e) Numerar inclusive as folhas do índice de documentos.
- f) Subdividir o processo em volumes que contenham aproximadamente 200 (duzentas) folhas, preservando-se a integridade dos documentos (cada documento deverá iniciar e terminar no mesmo volume). Em se tratando de folhas de formato grande, como jornais e mapas, o número de folhas do volume poderá ser reduzido, visando facilitar o manuseio do processo.
- g) Padronizar o tamanho dos documentos em papel formato A-4.
- h) Não numerar as capas dos volumes, caso capeados.
- i) Fechar o processo com uma folha de encerramento, onde serão indicados:

ENCERRAMENTO DO PROCESSO

NOME DA EMPRESA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2004

Número de Volumes: 999

Número de Folhas: 9999

Nome e Assinatura do Responsável



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 1º – O Setor de Protocolo, do Tribunal de Contas, não recepcionará Prestações de Contas sem Ofício de Encaminhamento e Índice onde sejam indicadas as numerações das folhas de cada item da Relação de Documentos, contida no art. 6º, adiante.

§ 2º - Não se aplicando o documento ao caso específico da entidade, este fato deverá ser declarado na folha de Índice, de acordo com o Modelo constante Anexo a esta Instrução, mediante indicação da expressão "N/A" em substituição ao número de folhas do documento.

Art. 6º - As prestações de contas das instituições subordinadas à presente Instrução serão compostas pelos seguintes elementos:

- 1). Ofício de encaminhamento da PRESTAÇÃO DE CONTAS, assinado pelo Representante legal da Empresa, devidamente qualificado, conforme dispõe o Provimento nº 47/02, deste Tribunal, em seu art. 9º, §§ 2º e 3º.
- 2). Índice (conforme modelo Anexo).
- 3). RELATÓRIO DA DIRETORIA, descrevendo os fatos relevantes ocorridos no exercício social.
- 4). Certidão de habilitação profissional, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, do Responsável técnico pela contabilidade.
- 5). Quadro contendo os nomes dos membros que ocuparam os cargos de Conselheiros de Administração, Fiscal e Corpo Executivo, indicando a Assembléia ou Reunião em que houve a respectiva eleição.
- 6). DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de acordo com o disposto no art. 176 e parágrafos da Lei Federal nº 6.404/76:
 - 6.1). BALANÇO PATRIMONIAL;
 - 6.2). DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS;
 - 6.3). DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- 6.4). DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, quando for o caso;
- 6.5). NOTAS EXPLICATIVAS julgadas necessárias para o esclarecimento de eventos;
- 6.6). Exemplares da publicação dos demonstrativos financeiros.
- 7). Parecer do Conselho Fiscal.
- 8). Relatório de Auditoria e Parecer, quando houver.
- 9). Nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 101/2000:
 - 9.1). Relatório referente ao fornecimento, no exercício de 2004, de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado.
 - 9.2). Demonstrativo dos valores recebidos do controlador, no exercício de 2004, a qualquer título, contendo valor, fonte e destinação.
 - 9.3). Demonstrativo dos valores transferidos ao controlador, no exercício de 2004, a qualquer título, contendo valor, fonte e destinação.
- 10). Balancetes Financeiros mensais do exercício social.
- 11). Relação das contas bancárias contendo em colunas, lado a lado, os saldos contábeis e dos extratos bancários, em 31 de dezembro de 2004.
- 12). Documentos emitidos pelos Bancos nos quais a Empresa mantém contas correntes, firmados por agentes competentes para tal, atestando todas as contas correntes, movimentadas ou não, no exercício, o saldo destas em 31 de dezembro de 2004 e os valores em aplicações financeiras na mesma data.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- 13). Extratos de todas as contas Bancárias, evidenciando o saldo em 31 de dezembro de 2004, mesmo daquelas cujo saldo seja zero, desde que não tenham sido desativadas antes de 01/01/2004.
- 14). Conciliações das contas bancárias.
- 15). Extratos bancários do mês de janeiro de 2005, ou dos meses em que ocorreram as regularizações dos valores dos débitos e créditos constantes das conciliações e, no caso de não ter sido regularizado até a data do encaminhamento da prestação de contas, elaborar notas explicativas.
- 16). Extratos bancários evidenciando os saldos em aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2004.
- 17). Demonstrativo das contas componentes do grupo Ativo Circulante e Realizável.
- 18). Relação nominal dos devedores inscritos no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, importância dos débitos e respectivas datas de vencimento.
- 19). Demonstrativo das contas do grupo do Ativo Permanente.
- 20). Relação analítica dos bens componentes do Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2004.
- 21). Relação dos bens incorporados no exercício de 2004, contendo: data da aquisição, discriminação e valor de cada bem, número do processo licitatório e número da nota fiscal pertinente.
- 22). Relação dos bens desincorporados no exercício, contendo: data da baixa, discriminação do item, valor e o número do processo licitatório.
- 23). Demonstrativo das contas componentes do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, com as respectivas relações nominais dos credores, importância das obrigações e respectivas datas de vencimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- 24). Relação das sentenças judiciais pendentes de pagamento, contendo a data e o número dos autos, a origem do crédito e o valor.
- 25). Demonstrativo, mês a mês, dos recolhimentos das contribuições devidas ao INSS (parte descontada do funcionário e parte patronal) e das obrigações do FGTS, destacando as eventuais multas pelo atraso. O demonstrativo deve retratar a situação de inadimplência, se for o caso.
- 26). Relação dos processos de reclamações judiciais em andamento.
- 27). Quadro demonstrando a composição do capital social, com a identificação nominal dos acionistas e suas posições quanto à integralização de capital em 31 de dezembro de 2004, quantidade de ações, discriminado-as por tipo (Ordinárias e Preferenciais).
- 28). Cópias dos atos de eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.
- 29). Cópias dos Editais de Convocação e das Atas das Assembléias, bem como as respectivas publicações, realizadas no exercício de 2004.
- 30). Cópia da Ata da Assembléia Geral de Acionistas que deliberou sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2004, no caso de já ter sido realizada.
- 31). Cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário contendo o número de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.
- 32). Relação das licitações realizadas no exercício de 2004, por modalidade, considerando também os procedimentos administrativos de dispensa e inexigibilidade, contendo: o nº de ordem seqüencial, a data, o objeto, o nome do fornecedor vencedor do certame e o valor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

33. Demonstrativo da movimentação de pessoal no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2004, contendo: o número de funcionários existentes em 31/12/03, as admissões e demissões ocorridas no exercício de 2004 e o quadro na data de 31/12/04, devendo ser considerados tanto os funcionários colocados à disposição de outros Órgãos ou Instituições quanto os recebidos pela Empresa.

IV – DOS RESPONSÁVEIS PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º – Constitui pré-requisito para o recebimento da prestação de contas anual, a identificação dos responsáveis pela gestão e pela contabilidade da Empresa, indicando-se as datas de início e fim dos períodos de responsabilidade.

§ 1º - Deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas, todos os gestores que responderam pela Empresa durante o exercício de 2004, bem como os responsáveis pela contabilidade no mesmo período.

V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º – A ausência de qualquer dos elementos exigidos nos termos do art. 6º, desta Instrução Técnica, constitui fator determinante de irregularidade formal da prestação de contas, salvo quando expressamente declarada, no índice, a sua inexistência ou inaplicabilidade.

Art. 9º - As instituições subordinadas a esta Instrução ficam obrigadas à manutenção de arquivos em boa ordem, dos documentos comprobatórios que dão suporte às transações contábeis, bem como do Livro Diário da Contabilidade onde serão individualizados os movimentos e transcritos, ao final do exercício, o Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis.

Art. 10 – O Tribunal de Contas poderá determinar a realização de auditorias, tendo em vista os dados e documentos apresentados, cujos relatórios serão apensados à prestação de contas anual, servindo como subsídio à respectiva análise técnica e legal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 11 – Incumbe à Diretoria de Contas Municipais a realização da análise das prestações de contas de que trata esta Instrução, e nesse contexto deverá prestar os esclarecimentos técnicos, quanto à elaboração da prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2004.

Curitiba, em 09 de março de 2005.

HEINZ GEORG HERWIG
Presidente